

DESASTRE DE CAMARÁ: O DISCURSO JORNALÍSTICO E “VÁRIAS VERDADES” DO CORREIO DA PARAÍBA E JORNAL DA PARAÍBA

Laerte CERQUEIRA

(laertecerqueira@hotmail.com)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (Mestrando)

Amanda BRAGA

(amandabraga_jp@hotmail.com)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

As descobertas

É fato que a mídia como produto da linguagem nasceu chagada a reverberar “sentidos” e sentidos. Algumas vezes oriundos da ingenuidade produtiva inconsciente e outras tantas, na maioria delas, sendo produto de uma ação proposital, que faz das palavras instrumento de ação e transformação ideológica, política e cultural. Compartilhamos com Pinto (2002), que relaciona o discurso – o que consideramos a essência da mídia - como algo intimamente ligado a cooptação e sedução: “Todo discurso é um simulacro interesseiro, produzido com o objetivo de se conseguir dar a última palavra na arena da comunicação, isto é, de ter reconhecido pelos outros as representações, identidades e relações sociais construídas por seu intermédio”.(PINTO, 2002, p. 88).

Para compreender como isso acontece precisamos voltar. Tentar refazer o caminho traçado pelo jornalista ou mediador social - como caracteriza a jornalista Cremilda Medina (1988) - no momento da construção dos sentidos, através do texto. É buscando saber de onde ele fala, pra quem ele fala e quais as condições do processo de produção dessa fala, que poderemos compreendê-lo enquanto articulador de sentidos, distribuidor de interesses, um sedutor discursivo, por isso, agente transformador. Essa é uma das propostas deste trabalho.

A regressão nos permite compreender a matemática dos sentidos e significações que se perfazem em cada título, palavra, em cada ponto, em cada vírgula, que são inseridos pelo jornalista no processo de criação de uma matéria jornalística. Um nó que queremos desvendar nas matérias sobre o desastre na Barragem de Camará e seus desdobramentos. Essas matérias renderam manchete de primeira página no *Jornal Correio da Paraíba* (CP) e *Jornal da Paraíba* (JP).

Acreditamos que é observando os elementos enunciativos e, conseqüentemente, discursivos, que conseguiremos cooptar parte, ou grande parte, da

carga de sentido presente nessas materializações, utilizadas para disseminação de uma postura político-ideológica, ou sendo menos althusseriano, para direcionar o leitor no entendimento de algumas vontades. Nosso objetivo é encontrar “buracos e enxertos”, também evidentes ou camuflados pela dispersão e continuidade de acontecimentos enunciativos, muito fortes nesses veículos e, conseqüentemente, nesse tipo de mídia impressa. É nesse sistema, regulado pela sua própria autonomia e condicionado por ele mesmo, que pode estar a constituição dos múltiplos sentidos de uma matéria e a marcação de várias “verdades”. Não queremos neste momento elencar conceitos, mas vamos inevitavelmente, embebidos por essa ordem, perceber como o “acontecimento” se torna acontecimento discursivo na prática jornalística, como as formações discursivas e as formações ideológicas são base nessa produção e como a identidade do discurso midiático é por si só dispersão e continuidade, delimitação e limitação, e o que parece condição pode se transformar em sentido.

Enunciado aqui. Enunciado acolá. Um todo que significa

Quando os leitores em geral abrem um jornal, uma revista ou qualquer grande periódico para decifrar códigos, signos e se alimentar de informações que o tornem um ser cultural, político e social, não imaginam o que há detrás de cada vírgula, de cada foto, de cada manchete, dos subtítulos, de cada palavra, de cada seqüência de abordagens. Aliás, não é fato que alguém possa o fazer, nem o próprio sujeito criador, nem nós que, a todo instante, nos atrevemos adentrar nessas intempéries de sentido. Há como imaginar o que está além do único texto que, por prazer ou necessidade, foi selecionado para ler? É possível estar ciente do efeito dos significados somatizados e complementares? Resgatando uma idéia bem pessoal, acreditamos que até seja possível perceber nos textos jornalísticos essa tentativa de refletir o mundo, de procurar verdades, vê-lo como espelho. O difícil é quantificar a produção de sentidos naqueles acontecimentos discursivos segmentados, segregados e muitas vezes desconfigurados. Aliás, acreditamos que o discurso é aquilo que entendemos como representação simbólica. É o que afirma Gregolin:

“O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite o leitor produzir formas simbólicas de representação da sua realidade concreta (...) participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros”. (GREGOLIN, 2003 p.97)

O que é o jornalismo senão reinvenção das “coisas do mundo”, através do mosaico lexical significado e re-significado propositalmente (ou não); senão as representações sociais materializadas de forma organizadas na desordem dos fatos, dos acontecimentos, do real. Um real que ao longo dos séculos foi anunciado aos quatro ventos como verdade absoluta, construído e constituído para o social, e como tal modificador, balizador e mantenedor de uma estrutura e de uma cultura. Este sempre foi o grande certificado de garantia propagado pelo jornalismo. A atividade já se encontra enraizada na sociedade como face importante no processo de formação de opinião, de transformação. E é por isso que ele é utilizado para tanto.

Os sustentáculos desse processo são as estratégias discursivas que atraem, convergem, convencem e porque não dizer: enfeitiçam. A credibilidade conquistada, ou a tentativa de representação do real de um ponto de vista específico, não garante, no entanto, a verdade absoluta dos fatos, mesmo que para se credenciar como jornalismo, persiga-se isto. Mesmo que os jornais utilizem, por exemplo, slogans publicitários como: “A verdade em suas mãos”, “Você lê você acredita”.¹

Queremos captar a beleza obscura das ideologias, dos sentidos plantados e fixados nas raízes dos textos jornalísticos que, para muitos, parecem nascidos naturalmente no labutar do dia-a-dia, como algas que têm um clima propício ao nascimento. Tentaremos mergulhar nessa água transparente que traz numerosas moléculas de ideologias, que precisam somente de um certo olhar mais minucioso para perceber que, na formação desse líquido, substâncias subjetivas e circunstanciais foram inseridas. Que existem também anticorpos resistentes a todo processo de construção de “verdades” e verdades.

Para nós, o que é visto nas bancas de jornal é um plasma profícuo para tal análise. Os dois periódicos - Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba - o primeiro com mais de 50 anos, o segundo com mais de três décadas - gozam de um reconhecimento social e como já foi dito, são fundadores de uma identidade social fortalecida por uma narrativa muito mais que cotidiana, mas como um registro histórico. Um divisor de águas na postura política-econômica e social da sociedade paraibana. Por isso é preciso pensar essa produção que “parece” fazer histórias a partir de pontos de vista.

Participar como “sujeito-autor”, fez-nos questionar esse processo. Por muitas vezes estávamos ali diante de uma “real” acontecimento e prontos para construir um “enunciado acontecimento”, diante desse processo, vemo-nos mergulhados em formação ideológica específica, prestes para aumentar a rede de enunciados da formação discursiva, em condições de produção específicas, em momentos históricos determinantes, em dias menos concentrados, interpelados por desejos e ansiedade e no rugir da hora foi preciso escolher palavras, dar ordem às coisas ditas, pensar lá na frente, resgatar dizeres, promover novos, enfim, o prazo se esgotou... Os sentidos foram “queimados” na chapa de impressão e iriam a partir dali interferir ou não na vida de outros sujeitos, fazê-los condenar, amar, idolatrar. E fomos nós e “outros”, que estabelecemos essa verdade, ou essa vontade de verdade, que é “produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns aparelhos (...) é lugar de um enfrentamento social e de um debate político violento, sob a forma de lutas ideológicas.” (RAVEL, 2005, p.86)

E para tentar nos inserir nesse plasma de significações, começamos estabelecendo uma relação tênue entre o processo de produção jornalística e os conceitos de formação discursiva trabalhados por Pêcheux e Foucault. Mais ainda em Pêcheux, porque em suas incursões para conceber o conceito, o autor o fez à luz do marxismo – althusseriano. Uma noção que mesmo deixada de lado por alguns anos, pode nos ajudar a entender as afinidades no exercício do poder midiático.

Nossa preocupação neste momento é tentarmos perceber como as formações discursivas “arqueológicas” e “ideológicas” se inserem nas determinações da

¹ Slogans de campanhas publicitárias do Correio da Paraíba e Jornal O Norte, respectivamente. Os jornais são um dos dois jornais mais importantes da Paraíba.

pragmática jornalística. Vejamos o que diz Baronas sobre a relação Foucault - formação discursiva:

“é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos lingüísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos há uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência e teoria etc”. (BARONAS, 2004, p. 55)

Partindo dessa posição que o sentido do dizer jornalístico, dos fatos e acontecimentos do “real” são concebidos através de enunciados dispersos em um todo que significa, teríamos então uma colcha de retalhos de acontecimentos enunciativos que significam a partir das suas interligações, de suas dispersões e de seu todo. Como uma corrente de elos não tão visíveis, mas que anunciam, como um sistema autônomo, a direção do percurso discursivo e da sua base arqueológica dos dizeres. Gregolin faz a seguinte análise:

“O que ele (Foucault) descreve como formação discursiva constitui grupos de enunciados, um conjunto de performances verbais que estão ligados no nível dos enunciados. Isso supõe que se possa definir um regime geral que obedece seus objetos, a forma de dispersão que repartem regularmente aquilo que falam, o sistema de seus referenciais; supões-se também que se defina um regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação”. (GREGOLIN, 2004, p. 90)

Na análise do conceito de formação discursiva, a autora começa a apontar as aproximações entre a FD foucaultina e a pêchetiana. Esta última, com uma grande ênfase nas interferências ideológicas do processo de produção de sentidos. Para Foucault é o jogo enunciativo que traz a tona o sentido do dizer. Baseado no método arqueológico, o filósofo assiná-la para uma posição sujeito, que está em um lugar específico, dentro de uma ordem e historicamente determinado. Todas essas interferências marcam os enunciados, são ratificados através de práticas e avalizam sentidos.

Em Pêcheux, o sentido está além da articulação enunciativa. Ou se pensarmos melhor, anterior a elas. Mergulhado no materialismo, a base de sua teoria do discurso, também passa por questões relacionadas à história, o sujeito, a linguagem e o inconsciente. No entanto, é a ideologia a “estrutura” determinante na produção de sentidos das formações discursivas. Isso porque para o autor, este conjunto de enunciados, que geram as formações discursivas, têm como célula embrionária “todo o complexo das formações ideológicas”.

O que significa dizer que o sentido de palavras, expressões, proposições e afins não existem em si, mas é determinado pelas posições ideológicas do processo histórico e social que estão inseridos. Ou seja:

“As palavras, expressões (...) mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido, em referência a essas posições e nas quais essas se inscrevem”. (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

Percebemos a partir desta afirmação que posição sujeito, lugar social, e momento de discurso são essências para determinar o que deve ser dito. Isso porque toda carga ideológica lhes é correspondente e são evidenciadas nas formações ideológicas. O autor ainda propõe pensar numa idéia de formação discursiva (já como

lugar de constituição do sentido) que também são submetidas às leis de contradição-subordinação-desigualdade, que caracteriza o complexo de formações ideológicas. Recorrendo a Orlandi temos que “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada e uma conjuntura sócio-histórica dada - determinada o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2002, p. 43).

Temos então um sujeito marcado fortemente pelos “complexo de formação ideológica”, que realiza o funcionamento da ideologia, por sua vez um agente da linguagem que se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. De forma mais clara, Baronas, resume este conceito e sua relação com o sujeito falante da seguinte forma:

“Uma formação discursiva parece-me melhor compreendida como um jogo de princípios reguladores que formam a base de discursos efetivos, mas que permanecem separados deles. Essa determinação sugere que palavras, expressões e proposições adquirem seus significados a partir das formações discursivas nas quais são produzidas”. (BARONAS, 2004, p. 54)

O autor coloca ainda que é a partir dessa “matriz de sentido” que o indivíduo é interpelado por um sujeito-falante que possui em sua base uma formação discursiva e que por sua vez está aglutinado a uma formação ideológica.

A Paraíba contada pelas formações discursivas

Em 17 de junho de 2004, o estouro de uma Barragem, na cidade Alagoa Grande, há 100 km de João Pessoa, mexeu com todo Estado. Primeiro pelo impacto do acidente, no qual morreram cinco pessoas e milhares ficaram desabrigadas. Eles perderam casas, roupas, objetos pessoais, documentos etc. Tudo que foi construído em uma vida inteira foi levado pelas águas. Esse foi o fato, o acontecimento testemunhado corpo a corpo, ali no abrir dos olhos, no sentir da pele. Não demorou muito e o acontecimento tomou forma de enunciado nos principais meios de comunicação do Estado. A “história” começava a ser construída. Suas versões também. Passa o momento de dor e desolação, inicia-se o questionamento. Revolta. A luta agora era para encontrar as causas do acidente, culpados, colocar o dedo em riste em nome da ajuda, da cidadania, em nome de milhares de pessoas, que em poucos segundos perderam tudo. Começa então a apoteótica historicização do conflito. Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba assumem as suas posições, começam a enunciar suas defesas e apontam suas armas: as palavras, o enunciado, o discurso. Inicia a produção de sentidos, cada um em suas formações discursivas, correspondendo-se com as suas formações ideológicas, produzindo as suas verdades, as suas histórias e suas memórias.

Nenhum jornal, claro, declarou a sua postura, sua posição e em que lado estava. As idéias que defendiam também não foram explicitadas. A sociedade, de forma geral, conhecia duas facetas dos jornais: a primeira é comum a todos os meios de comunicação jornalísticos e postulados nos manuais: a busca pela imparcialidade e neutralidade, ou seja, é preciso ouvir os dois lados, dar voz a todos, informar e não opinar, relatar o fato sem interferir na interpretação do leitor.

A segunda faceta também era de conhecimento de muita gente, mas nada de comum. O Correio da Paraíba tinha uma ligação política com o grupo do ex-governador do Estado e, então Senador da República, José Targino Maranhão. O Jornal da Paraíba estava ligado ao grupo do atual governador da Paraíba, Cássio da Cunha Lima. Estas posturas nunca foram colocadas abertamente nos jornais, mas para muita gente estavam evidentes por causa dos acordos de bastidores, de algumas posturas adotadas e principalmente por aquilo que era materializado nos jornais ao longo dos anos: os discursos, que sempre foram instrumentos de poder, um objeto simbólico e político, como assevera Gregolin ao afirmar:

“O discurso não serve apenas para comunicar, mas que ele é, a um só tempo, um objeto simbólico e político. Simbólico no sentido de que ele não é uma etiqueta que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização e ordenação, interpretação preexiste a significação, e político porque é uma luta de poder”. (GREGOLIN, 2003, p.06 e 07)

A polarização na luta pelo poder, na busca pela sedução e cooptação, pela identificação de afinidades, ficou mais evidente quando do acontecimento da quebra da Barragem de Camará. A obra foi feita no governo anterior e estava sob responsabilidade do governo atual e essa era o óbvio para iniciar uma pergunta: qual dos dois era o culpado pela tragédia, Cássio (seu governo) ou Maranhão. Qual o pecado cometido: o de omissão ou de ação? Estas perguntas começaram a ser respondidas antes mesmo dos ‘investigadores’ (MPF, PF) acharem resposta. Cada periódico tinha sua teoria, com afirmações alcerçadas pelo processo de construção de matérias, textos e conseqüentemente discursos, que produziam sentidos pela formação ideológica que representavam, bem como pela forma que eram regularmente acoplados neste operador de memória. Cada fala autorizada; fonte oficial; cada dado novo, informado pelos órgãos oficiais que investigavam as causas e a procura de culpados; a cada declaração dos envolvidos, um novo acontecimento discursivo, dentro de uma formação discursiva específica, tomava forma na primeira página.

O discurso como acontecimento, elemento que acresce a compreensão, então, passa a ser aceito como algo que funda a interpretação “constrói um verdade, dá rosto as coisas. Por isso o discurso é objeto de disputa, em vista do poder que em seu intermédio, se exerce”. (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 108)

E a disputa não demorou a aparecer. Nas duas primeiras edições dos jornais após o fato dias 19 e 20 (sábado e domingo), eles se ateram a descrever o fato. Como aconteceu, quando, quais as cidades atingidas, quantas pessoas sofreram, qual o prejuízo, o que vai ser feito? O teor das matérias estava diretamente ligado a questões informativas e por mais que as tendências já existissem, as artimanhas do discurso começaram a tomar forma no dia 22 de junho, quando os dois jornais anunciaram a instalação de uma Comissão do MP para apurar as causas do rompimento.

Não que anteriormente os enunciados não começassem a integrar as formações discursivas correspondentes. Foi o que aconteceu com o Correio da Paraíba no dia 19 de junho, dois dias antes de ficarem mais fortes os questionamentos sobre causa e responsáveis. Na página B-5, do caderno de Cidades, o jornal traz a seguinte manchete: “Governo já conhecia falhas de Camará”. Como subtítulo, temos: “Semarh detectou e notificou as rupturas no reservatório da construtora responsável”.

Neste caso vale ressaltar três aspectos: 1- A matéria foi feita por uma Agência de Notícias de São Paulo - o que teoricamente o desvincula de qualquer relação ideológica estadual para construção da matéria. Não havia por isso, teoricamente, repito, necessidade de beneficiar essa ou aquela tendência partidária. 2- A matéria tem dois focos: primeiro coloca que uma falha de construção (governo anterior) pode ter sido a causa do rompimento (esta causa pode ter sido considerada a mais importante por quem construiu o texto, isso porque no jornalismo a informação atribuída como mais importante para produção de sentido e, claro, para informação, fica no primeiro parágrafo), depois fala que o governo atual, através da secretaria responsável, sabia do defeito e foi avisada. 3- mesmo com dois focos, o CP preferiu evidenciar na manchete e no subtítulo um enunciado que mostra a omissão do governo atual. A postura do jornal foi, inclusive, um contra-senso jornalístico. Explico: Nos manuais de jornalismo a primeiro parágrafo (lead) do jornal tem a parte mais importante da matéria - essa é uma estratégia para atrair aquele que não lê todo o texto e o que fica são os primeiros enunciados. A manchete traz o que há de mais importante. Veja o que diz Nilson Lage:

“O lead é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso, embora possa haver outros leads em seu corpo. (...) O lead é o relato do fato principal de uma série, o que é mais importante e interessante”.(LAGE, 1987, p.26)

Nesse caso em particular, não foi isso que aconteceu. Percebemos duas estratégias discursivas, que interferem no processo de produção de sentido e, conseqüentemente, ratifica a posição sujeito-falante (o jornal) dentro da sua formação ideológica. A primeira está no foco dado na manchete, que jornalisticamente deveria ser igual ao do primeiro parágrafo, mas ‘cremos’ que não poderia ser exaltada porque vai de encontro à posição política ideológica.

A segunda estratégia serve para polarizar ainda mais o embate. Ao lado deste texto, em que se o CP “subrepticialmente” explicita que o governo atual foi omissivo, um outro texto dá voz ao principal ator da ideologia defendida pelo jornal através das formações. A chamada é: *Maranhão critica postura de Cássio*. No texto, José Maranhão – do governo que construiu a barragem - acusa Cássio Cunha Lima - do governo que sabia e não fez nada - de estar sendo irresponsável ao afirmar (não é colocado onde) que o problema estava na construção.

O texto baseado em falas de Maranhão soa como uma defesa as acusações não feitas por Cássio, já que a fala deste não está colocada no jornal, mas como uma resposta à questão colocada no primeiro parágrafo da matéria anterior que diz que ele (seu governo) pode ter construído a obra com falhas.

O “corpo de enunciados” a partir de então começa a significar e construir histórias de ação, omissão, salvadores da pátria, políticos ativos e gente revoltada pelo descaso do governo atual e pela irresponsabilidade do governo anterior. Pegando uma carona na explicação de Baronas sobre o conceito foucaultiano de formação discursiva, o que os jornais começam a fazer para produzir sentidos ligados aos seus interesses e materializar o discurso de defesa de seus “patrícios”, não é garantindo a sua unidade pela “linearidade formal, sintática, ou semântica, mas algo comparável a uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas”. (BARONAS, 2004, p. 55)

Vejam o que acontece no dia 22 de junho de 2004. Nesta data, os jornais

trouxeram a notícia que o Ministério Público iria investigar o caso, matérias sobre o processo de limpeza da cidade e providências que seriam tomadas para ajudar os moradores. Por último, ressaltaram que pessoas ainda estavam desaparecidas. Observaremos a partir de agora que os jornais começam a seguir caminhos distintos. O JP tenta com textos pro ativos, diminuir o peso da tragédia e mostrar que o desastre está controlado. Mais que isso: o governo (governador) está acompanhando de perto tudo e solicitando ações para amenizar o sofrimento. O CP não resalta em nenhum momento essa ação pessoal do governador. O que o jornal faz? Silencia, não atribui as soluções ao governador, não evidencia o trabalho, no entanto informa como deveria ser, só que de uma forma direta e na tentativa de ser neutra.

Vejam os de forma breve o que aconteceu: **Jornal da Paraíba, 22 de junho 2004, terça-feira**. Caderno de Cidades e Política - Manchetes e Títulos em destaque:

“Cássio anuncia ações às vítimas de Camará”, “Governador disse que Barragem será reconstruída”, “Cagepa (empresa do governo) distribuem água em carros pipas para as famílias”, “Energia é reestabelecida pela Saelpa (empresa de energia)”, “Municípios e entidades enviam doações para desabrigados”, “Mulungu recebe ajuda do Governo do Estado”, “Crea divulga documento de vistoria”, “Prejuízos já somam quase R\$ 2 milhões”, “MPF e MPE instauram inquérito para investigar responsabilidade”, “Zenóbio (secretário do governo) vai integrar grupo de investigação”, “Políticos se unem em defesa da população”.

É possível perceber que na maior parte destas manchetes a ação do governo para restaurar a ordem social é ressaltada. A tragédia natural passa para as mãos de homens capazes de reestabelecer o funcionamento da cidade. Outro dado importante é que em todos os textos é ressaltado a atitude do governo e/ou de seus auxiliares, secretários e afins. Isso é feito com a utilização de palavras como: “em atendimento a solicitação do Governo do Estado”, “encaminhada pelo Governo”, “solicitada pelo governador”, Cássio garante indenizar, “Governador disse que vai ser reconstruída” etc.

As práticas discursivas convergem para a materialização de uma formação discursiva dada e para reverberação de um sentido determinante que direciona os caminhos de interpretação e compreensão da “verdade”, da “história” construída por este operador. A “verdade” e “história” deste dia, no Correio da Paraíba, é diferente. Apesar de ter um conteúdo parecido com o Jornal da Paraíba, o CP não cria um protagonista para ações de recuperação, limpeza, ajuda, investigação. Nas matérias, bem como nos títulos o caráter salvador está “subjugado” a informação. Vejamos o que o **Correio da Paraíba** nos traz **no dia 22 de junho de 2004**, no Caderno de Cidades:

“MPF vai apurar causas do rompimento”, “Estudo para reconstrução”, “Governo é instalado em Alagoa Grande”, “Força Tarefa para limpeza”, “Crea-PB divulga laudo de vistoria”, “Hospital de Mulungu recebe Medicamentos”, “Coep entrega donativos hoje”.

É possível identificar assuntos em comum como entrega de donativos, laudo de

vistoria, investigação do MP, hospital recebe ajuda. Mas é na forma de concepção do texto que o discurso assume as suas facetas ideológicas e de tendências. Vamos a dois exemplos nesta edição. As matérias “Mulungu recebe ajuda do Governo do Estado”, do JP, e “Hospital de Mulungu recebe medicamentos”, do CP têm o mesmo conteúdo. Aliás, é a mesma matéria com algumas modificações. Mas uma expressão é determinante na demarcação do sentido: o título. Ele é aquele instrumento da língua determinante, pois “adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Intencionalmente ou não, dentro de um conjunto de enunciados que significam a partir de sua posição, essas expressões contribuem para a formatação de uma formação discursiva e por sua vez, ideológica.

Outra matéria que tem um peso na produção de sentido nesse mosaico de enunciados é a que refere sobre as ações da força tarefa. No JP o título da matéria é: “Cássio anuncia ações às vítimas de Camará”. No CP é: “Força-Tarefa para limpeza”. As matérias versam sobre o mesmo assunto e descrevem o que está sendo feito para limpar a cidade, abastecer os municípios de alimento e água.

No entanto, o JP ressalta a postura dinâmica do governo na manchete, no lead, “Entre as medidas iniciais de uma força-tarefa de socorro às vítimas de Camará, determinadas pelo governador Cássio Cunha Lima, que instalou, na manhã de ontem o governo (...)”, e destaca através uma fala do governador: “Governador disse que Barragem será construída”.

Instalada a Comissão para Investigação das causas do rompimento os jornais iniciam um alexandrino conflito onde as armas são os discursos e a forma de articulação de depoimentos, falas, silêncio. As posturas ideológicas dos jornais saem do corpo do texto e tomam forma cada vez mais forte nas manchetes de primeira página. Das várias manchetes que poderiam ilustrar esse processo de produção de sentidos, elencamos duas das edições de 13 e 14 de julho.

Dia 13, os jornais trouxeram trechos do depoimento do ex-secretário de Recursos Hídricos do Governo que construiu a Barragem, Francisco Sarmiento. Da fala de um só personagem, várias versões surgiram. O Correio da Paraíba trouxe a seguinte manchete: “Sarmiento diz no MP que caso de Camará foi acidente geológico”. No texto (p. A-12, últimas), o sujeito-falante exalta a parte do depoimento em que ele diz que não houve problemas na construção, que a falha foi geológica e que não tomou conhecimento dos problemas que poderiam ter apresentado. O jornal ainda descreve o momento em que o ex-secretário exibe slides no depoimento para dar mais veracidade e verdade as suas declarações.

O Jornal da Paraíba, utilizando partes da mesma fala diz: “Sarmiento desconhecia problemas surgidos na construção de Camará”. No texto, o jornalista evidencia que o personagem admitiu que não sabia das falhas geológicas e dos problemas na construção, o que não poderia acontecer, já que ele era o então secretário da Semarh.

Utilizando a mesma fala, o mesmo discurso autorizado, um dos jornais afirma que Sarmiento, por não ter se interessado pelo problema era “culpado e responsável” pela tragédia, pois tinha obrigação de ter conhecimento e fazer algo para que a obra não continuasse da forma que estava; o outro traz um Sarmiento que não tinha obrigação de saber das questões geográficas e que as empresas tinham autonomia

para execução.

A mesma linha de produção de sentido foi materializada nos enunciados -manchete do outro dia (14/07/04). O JP traz: “Soares (engenheiro do grupo que construiu a obra) diz que Sarmiento sabia de falhas”. Já o CP parte para defesa: “Sarmiento: barragem seria esvaziada e estaria segura em apenas 16 dias”.

Veja que as formações ideológicas dos jornais se materializam através do corpo de enunciados significados e re-significados durante todo o processo de constituição de sentidos. Essa foi uma breve análise do que as palavras, expressões e frases alocadas em determinados espaços, em um momento específico e interferido por um indivíduo transformado em sujeito-falante, pode fazer com os sentidos.

Vimos, mesmo que de forma breve que a cada manchete, palavra, frase de efeito, foco dado a cada acontecimento ou mesmo o silêncio e omissão de informações, uma nova verdade é redesenhada, um novo real é concebido. São as células que formam esse campo peculiar das formações discursivas. Durante todo o processo de construção do material jornalístico, os dois jornais não precisam fugir da verdade para imprimir suas ideologias. Sob a ordem do discurso, o jornalista-sujeito efetiva essas idéias. O Jornal dita suas regras.

Dentro dessa perspectiva percebemos que as palavras e as suas colocações não são neutras, em um simples ato de informar a verdade com neutralidade. O sentidos estão postos e buscamos mensurar como determinações do sistema, seja no Jornal da Paraíba ou no Correio da Paraíba. Caminhos opacos e muitas vezes até obscuros, mas que podem ser revelados se analisados pelo viés da história, da memória, do tempo e de todo um contexto social que não só determina o fato, mas as suas interpretações e reverberações.

Bibliografia

BARONAS, R. L. *Formação Discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade*. in SARGENTINE, V. e NAVARRO-BARBOSA, P. M. *Foucault e os domínios da linguagem*. São Paulo - SP: Clara Luz, 2004.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. *O que é um autor*. 3ed. Trad. Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Veja: Passagens, 1992.

_____. *A arqueologia do saber*. 5ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária., 1997.

GREGOLIN, M.R. (org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos - SP: Editora Claraluz, 2003.

_____. *O enunciado e o arquivo: Foucault (entre) vistas*. in SARGENTINE, V. e NAVARRO-BARBOSA, P. M. *Foucault e os domínios da linguagem*. São Paulo: Claraluz, 2004.

LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática, 1987.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente*. 2ed. São Paulo Summus, 1988.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

- PÊCHEUX, M. *O discurso – Estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al] 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi, 2ed. Campinas: Pontes, 1997.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso: Introdução à Análise do Discurso*. 2º ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- RAVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos - SP: Claraluz, 2005.
- SARGENTINI, V. & NAVARRO-BARBOSA, P. (orgs). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos - SP: Claraluz, 2004.